Editorial

O Trem do Terror

A sociedade brasileira encontra-se apreensiva. A tranquilidade do cidadão está em xeque e o país é um barril de pólvora pronto para explodir.

Os desajustes causados pelos conflitos sociais estão cada vez mais evidentes, onde o crime organizado vai levando, com larga margem, vantagem sobre a lei. O Brasil está em guerra civil, não naquela na concepção conhecida, mas a luta urbana do dia a dia, onde o menos favorecido pela sorte e marginalizado, causam danos ao patrimônio público e privado colocando em risco as famílias e as pessoas no particular.

Os soldados de frente na batalha são os menores amparados pelo Estatuto dos Menores e Adolescentes praticam atos de violência e barbarismo a mando de outros.

De cidade em cidade o pânico se espalha e aumenta o turbilhão social. No Rio de Janeiro, os arrastões das galeras de Funk e as gangues nas praias superlotadas; em São Paulo, o inferno na Casa de Detenção e o incêndio da Febem; em Londrina, o arrastão de menores pelo centro da cidade pelo fechamento do albergue sem recursos; em Fortaleza, arrastões nas praias e nos cemitérios no último final de semana reforço policial para coibir mais atos de vandalismo. Assim sendo o país perde a cada dia suas liberdades e o cidadão atônito, assiste a eclosão deste e outros atos de terror.

A situação é insuportável, as autoridades não conseguem estabelecer um patamar de coerência em suas decisões e o mal maior, o desemprego, faz da falta de trabalho um gerador de vítimas e produzindo mais e mais marginais.

Nas lutas urbanas, as gangues de pivetes de um lado roubam para sobreviverem e de outro os menores abandonados surgem como o grande problema das cidades. O crime organizado aproveita-se da situação e o material humano gerado pelo desajuste social cria o caos urbano.

A formação de grupos radicais, onde impera o racismo, também aumentam as ondas de terror, procurando criar um ambiente favorável a idéias raciais, estes grupos (Carecas do Subúrbio), realizam verdadeiras atrocidades contra nordestinos em São Paulo e outras cidades paulistas.

Todo final de semana, os grupos se reúnem e procuram os rivais onde o divertimento principal é uma briga. Onde houver uma grande concentração de pessoas (bailes, festas, praias, etc.) lá estão as galeras rivais para defrontarem-se e tirarem proveito das circunstâncias e praticar toda sorte de delitos. Alguns chegam a afirmar: "Baile para ser bom tem que ter briga".

O medo, o terror, o pânico tomam conta da sociedade brasileira e tornam-se problemas reais com dificuldade extrema para as autoridades adotarem medidas pois a lei em alguns casos favorece os marginais e impor a justiça para dar tranquilidade ao cidadão contra toda sorte de terror que encontramos a cada esquina é difícil.

Frases

"As pessoas me elogiam pelo o que eu fiz". - (Heriberto França, motorista de Collor, sobre suas denúncias à comissão do impeachment).

"Nenhum tabelião faz uma escritura dessas sem a presença do declarante". - (Claúdio Vieira, ex-secretário de Collor negando afirmação de Najun Turner de ter recebido declaração em cartório pronta dos fantasmas).

"Quem conhece o presidente (Collor) sabe que ele não se toca muito com minúcias de saber quem paga o quê". - (De Cláudio Vieira, ao dizer que não sabe se Collor tinha conhecimento do pagamento de suas despesas pessoais por PC).

"Da maneira como está, sendo feita a abertura às importações, o empresário brasileiro vai se tornar comerciante". - (Aldo Lorenzetti, diretor do Departamento de economia da Fiesp, se referindo à abertura às importações).

"Advertimos para o perigo de fazermos a abertura ao mesmo tempo em que condenamos as empresas que já atuam no Brasil há muitos anos de recessão". - (Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Fiesp, sobre o mesmo assunto).

"O PT está na disputa por diversas prefeituras do País, e só voltaremos a esse assunto após o 2º turno". - (Do advogado Otávio Ramos, sobre abertura de inquérito para apurar o "grampo" telefônico do PRN no comitê de Lula em 1989).

"Parece até que eles fundaram uma religião". - (Vivaldo Barbosa, deputado pelo PDT, sobre o fervor dos parlamentaristas).

"É difícil defender o indefensável". - (Senador Amir Lando, sobre a defesa do presidente afastado Fernando Collor).

"Não haverá anistia para aqueles que não pagam seus impostos". - (Antônio Carlos Monteiro, secretário da Receita Federal).

"Se o parlamentarismo tiver uma vitória expressiva, eu vou propor emenda para a sua antecipação. O meu governo não acaba em 1995". - (Presidente Itamar Franco, em 28/10/92).

"O País precisa retomar o crescimento. E preciso uma nova política econômica. Não podemos continuar com essa recessão e desemprego que atinge sete milhões de brasileiros". - (Presidente Itamar Franco, ao exigir medidas de combate à recessão).

"O presidente agora é de carne e osso. Antes, isso aqui era puro marketing". - (Presidente Itamar Franco, em 30/10/92).

"O fato de não ter votado pelas diretas não significa que eu tenho medo de eleições diretas. Tanto é que participei de todas que apareceram por aí". - (Paulo Maluf, candidato a prefeito de São Paulo pelo PDS, sobre a votação das Diretas-Já em 84).

"O que é ser um competente administrador? É enfiar US$ 500 milhões terra abaixo?". - (Eduardo Suplicy, candidato a prefeito de São Paulo, sobre a Paulipetro).

"O destino econômico dos Estados Unidos está ligado ao da América Latina e nenhum exército de protecionismo vai mudar isso". - (George Bush, presidente dos EUA, em 2/05/92).

"A liderança de Brizola pode ser forte, mas que não se faça disso um símbolo da pusilanimidade". - (Marcello Alencar, prefeito do Rio de Janeiro, sobre o PDT).

"Ele (Marcello Alencar) pode até sair do PDT, mas só leva a senhora dele, d. Célia, e possivelmente os filhos". - (Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro).

"A base da defesa é uma farsa". - (Pedro Collor de Mello, empresário, sobre a defesa do presidente afastado Fernando Collor de Mello).

"Quem não deve não teme". - (Rosane Collor, mulher de Fernando Collor de Mello).

"Não passa assim tão facilmente quanto os parlamentaristas estão falando. A tradição do povo é presidencialista". - (Orestes Quércia, presidente do PMDB, sobre a aprovação do parlamentarismo em abril de 1993).

"O tributo pago pela crise que vivemos é muito pior que o tributo formal". - (Luiz Carlos Bresser Pereira, economista).

"A PF foi criada para ser uma polícia de investigação, anônima. Foi perdendo esta característica quando passou a ser chamada para correr atrás de boi, fechar supermercados". - (Amaury Galdino, secretário da Polícia Federal).

"Meu irmão passou a ser tratado como inimigo, e não como um amigo dedicado, leal e fiel, como sempre se conduziu em relação a Collor". - (Augusto Farias, deputado federal e irmão de PC Farias, no "Jornal do Brasil").

"Graças a Deus o pessoal novo que está no governo não fala em outra coisa senão em ajuste fiscal". - (Álvaro Pereira de Souza, presidente do Citibank no Brasil, em 27/10/92).

Expediente

O METROPOLITANO

Rua Benedito Soares Pinto, Nº 1.833 - esquina c/ Barão do Rio Branco (Centro) CEP 83.601-404 - Campo Largo-PR
Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.
Diretor: Haroldo Wohl
Jornalista Responsável: Nádia Schiavinatto
Reg. Prof. 2303/09/55 - PR
Departamento Comercial: Fone: 292-2576
*** Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.**
Diagramação, Composição, Arte, Fotolito e Impressão: Editora Helvética Ltda.
Rua Almirante Gonçalves, 1.063
Fones: 232-0634 (Fax)
e 223-5905
Curitiba-Paraná

Opinião

CONCLAMAÇÃO AOS JUÍZES DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO

Poucas coisas me comovem tanto e me entristecem mais do que a situação de miséria das periferias urbanas de nossas cidades. E nada é mais perigoso para a ordem pública e mais ameaçador da paz social do que as concentrações urbanas de miséria. No campo sempre há a possibilidade de tirar da terra o mínimo sustento, mas a miséria urbana é absoluta, é trágica e dolorosamente de dificílima solução. Com um pouco de boa vontade dos homens e com políticas públicas estaduais concretas, permanentes e corretas, se corrige a miséria rural: mas a urbana, tem como primeiro problema a moradia, solucionável com a intervenção do Estado e principalmente dos municípios, mas resolvido onde morar, falta trabalho, comida na mesa diária da família, e este problema é muito mais grave e profundo porque mexe com a estrutura econômica da sociedade, coisa que, tendo obrigação de fazer, nem sempre o cidadão e o governante têm os instrumentos e o poder para realizá-lo.

Entretanto, a solução mínima para os problemas do campo é atenuante máxima para os problemas da cidade. Campo em crise é êxodo rural, é inchaço de cidades, é miséria, é tumulto. O homem do campo é culturalmente um trabalhador rural, dê-se-lhe terras e condições de trabalho e produzirá muito mais do que para seu sustento. Se for tangido para as cidades, porém, será na primeira geração um desempregado e inadaptado, mas princípios éticos, mesmo com fome. Mas a segurança e terceira gerações vão se marginalizando, perdendo os referenciais éticos e buscando no crime a resposta de vida a uma sociedade desumana e cruel. Sem referenciais, abandonada a cultura rural, a família já não importa, a sociedade é inimiga e a lei é motivo de escárnio. Daí as prisões cheias, a delinqüência juvenil e infantil, os arrastões, o fracasso das instituições e a impotência da repressão. Daí o caos social.

A ordem pública e a segurança interna são responsabilidades do chefe do Poder Executivo, portanto a avaliação da oportunidade, intensidade e a razoabilidade do uso da força policial para manter a ordem é de competência do governador do Estado que, se extrapola, comete abuso do poder. Esta decisão, eminentemente política, refoge a esfera do Judiciário, é competência administrativa daquelas que ao abrir mão, o administrador arrisca deitar por terra a governabilidade, ao atingir o cerne do Estado Democrático de Direito, que é a credibilidade dos governantes, dosada pela mescla exata de autoridade e fraternidade. Das decisões do governo dependem a paz ou o caos social.

Por isso, senhores juízes do Paraná, fiz editar o Decreto 643/91, que estabelece o procedimento da administração nos casos de requisição de força policial, pelo Poder Judiciário, para desalojos coletivos. Por força daquele decreto o Poder Executivo deve analisar com cuidado se o ato imediato de desalojar família não é propulsor da violência e incentivador da intranquilidade social. Por força daquele decreto todo desalojo coletivo deve ser precedido da busca de lugar para recolocação das pessoas. Apesar de estar perfeitamente dentro da competência do Poder Executivo, a garantia da ordem e da paz social, o decreto foi considerado inconstitucional pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sem ouvir o governo. Aquela decisão do Tribunal, porém, não vale mais do que um argumento de doutrina jurídica. Somente a Assembléia Legislativa tem o poder de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar. O Tribunal de Justiça poderia declarar a inconstitucionalidade daquele decreto, desde que houvesse uma ação ou arguição de inconstitucionalidade propostas por órgãos com legitimidade para tanto, entre os quais não se inclui o órgão especial do Tribunal de Justiça. Na ação de inconstitucionalidade o Estado se defenderia, haveria contraditório e recursos e só então, depois de transitado em julgado seria suspensa a execução, pela Assembléia Legislativa. Como nada disso aconteceu, está em plena vigência o Decreto 643/91.

Em assembléia da Associação dos Magistrados decidiu-se representar à Assembléia Legislativa pela existência de crime de responsabilidade por não cumprimento de decisões judiciais. Exatamente estas decisões: os pedidos de força policial para desalojos coletivos. Mas estas decisões estão sendo tratadas de acordo com o Decreto 643/91. Por outro lado, como governador do Estado do Paraná não tenho deixado de cumprir ordens judiciais, nem o farei, mas não abro mão do dever de discutir cada uma delas, participando do processo legal e rescindindo as decisões que encontrar injustas ou não suficientemente comprovadas e esta determinação dei no início do meu governo à Procuradoria Geral do Estado, que a vem cumprindo. Veja-se o caso dos US$ 200 milhões, cujo precatório requisitório foi devolvido ao Tribunal de Justiça.

Os pedidos de uso de força policial para desalojos coletivos, porém, não são decisões judiciais contra o Estado, que não foi parte no processo, mas apenas um pedido que deve ser avaliado pela autoridade executiva, que previamente tem que saber onde colocará os desalojados, como usará meios suassórios e como garantirá o direito a cada cidadão a incolumidade física.

Por isso, senhores juízes do Paraná, abandonem a idéia de representar pelo impedimento do governador, que não teve a acolhida da cidadania e não terá de seus representantes na Assembléia Legislativa, e unam-se ao povo do Paraná na busca de lugar melhor para nossos filhos, ajudando, com os instrumentos jurídicos que Vossas Senhorias têm na mão, o governo do Estado a cumprir a sua verdadeira missão de melhorar as condições de vida, dando-lhes tranquilidade e bem-estar social.

Para isso conclamo os juízes do Paraná a:

1) Ajudar o governo do Paraná a implantar no Estado a isonomia salarial entre os três poderes, com o fim das vantagens irregulares dos funcionários do Poder Judiciário, horas extras não trabalhadas, tempo integral cumulado com gratificação especial, etc.

2) Ajudar o governo do Paraná a executar as grandes dívidas do Estado, como o dos Atalla, exigindo prioridade no julgamento destes processos, pondo fim aos pedidos proscratinatórios dos devedores.

3) Ser pronto e rápido nas imissões de posse de desapropriações requeridas pelo Estado do Paraná para construção de casas ou reassentamento de trabalhadores rurais.

4) Utilizar o poder cautelar do juiz para prevenir evasão de impostos e não reintegrações liminares de posse contra famílias de trabalhadores, ajudando na repressão a sonegadores contumazes.

5) Punir os corruptos e corruptores.

6) Buscar a transparência das decisões judiciais, e facilitar o acesso das populações pobres à Justiça.

7) Reduzir o custo da Justiça eliminando taxas e cobranças indevidas nas custas judiciais e cartorárias.

Assim procedendo os juízes do Paraná andarão na boa trilha dos seus pares franceses, que na década de 70, com o Sindicato de Juízes de França, iniciaram a busca da justiça social via judicatura, e da jovem associação de juízes da Alemanha, fundada em Frankfurt para promover o respeito e a realização dos direitos e das liberdades dos cidadãos a democratização e a transparência dos processos judiciais.

Mas assim procedendo, senhores juízes do Paraná, estarão na boa trilha do povo deste Estado que quer pão em sua mesa, trabalho em suas mãos e liberdade para seu pensar. Se cada um de nós agir assim em nosso trabalho, não precisaremos escolher no dicionário o nome de São Basílio Magno não conhecia quando perguntava atônito: "Aos que tiram a camisa do próximo chamamos de ladrão ! Mas por que nome tão terrível devemos chamar aos que encontrando um irmão sem camisa, neguem-se a cobrir-lhe a nudez?"

Roberto Requião é jornalista e governador do Paraná.

UEL e UEM recebem Cr$ 2 bi para produção de medicamentos

O governador Roberto Requião assinou quarta, 4, um convênio com as universidades de Londrina e Maringá para a produção de medicamentos básicos para todo o Estado. Durante a solenidade, realizada no Palácio Iguaçu, os reitores receberam Cr$ 2 bilhões para a adequação dos laboratórios, que estavam desativados. A expectativa é que em seis meses o Estado possa suprir o equivalente a 50% do repasse de medicamentos que deveria ser feito anualmente pela CEME (Central de Medicamentos), do Ministério da Saúde. "Os reitores podem ter certeza de apoio absoluto neste novo investimento", afirmou o governador.

Para a Secretaria da Saúde, este convênio foi uma resposta do Paraná a crise de medicamentos nacional. "A CEME nos deve 70% dos medicamentos que deveriam ter vindo este ano para o Paraná", disse Nizan Pereira, secretário da Saúde. Para a garantia

do fornecimento destes medicamentos é que os laboratórios da UEL e da UEM produzirão o básico, como analgésicos, antitérmicos, antibióticos, vermífugos e anticonvulsivos.

Os laboratórios repassarão os medicamentos a preço de custo para as prefeituras, e estas irão fornecer os sais necessários à produção dos remédios. Uma troca, segundo o reitor da UEL, João Carlos Thomson, que significará um importante salto para o Paraná. "A parceria com o governo do Estado irá garantir às universidades de cumprirem a sua função social", disse. As universidades serão responsáveis não apenas pela produção de medicamentos como também pelo controle de qualidade sobre eles. Um trabalho, segundo Nizan Pereira, que só era realizado até hoje no Rio Grande do Sul.

Com a assinatura do convênio inicia-se ainda um outro processo. O de desmobilização das fábricas que estavam sendo construídas no Estado para a produção de medicamentos. Estes locais, segundo o governador Roberto Requião, ficarão agora sob a responsabilidade da Fundepar, servindo a toda a rede de ensino do Paraná.

O convênio para a produção de medicamentos foi assinado pelo governador Roberto Requião, pelo secretário da Saúde, Nizan Pereira, pelo secretário da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Adhail Sprenger Passos, e pelos reitores da Universidade Estadual de Londrina, João Carlos Thomson, e da Universidade Estadual de Maringá, Décio Sperandio.

Sagrada Família sofre descaso da Prefeitura

Pintura do colégio, 180 dias para que se acabe o prazo da Fundepar

Solicitação negada

Somente para a pintura, iniciada em outubro e prazo para término dentro de 180 dias, será usada uma verba de aproximadamente Cr$ 43 milhões - preço de setembro. Deste total, Cr$ 15 milhões em mão-de-obra e Cr$ 28 milhões em material, para os 6.800 m2 pintados.

"Atendendo a uma solicitação nossa, a Fundepar nos enviou uma pequena parcela de Cr$ 11.325.000,00, devendo ainda nos mandar mais um complemento. Além disso, estamos contando com o grande esforço da APM e a boa colaboração da comunidade".

Segundo o presidente da APM, José Carlos Netzel, uma comissão da Associação procurou, no início de setembro, o prefeito Afonso Portugal Guimarães, ex-aluno do Colégio Sagrada Família, com uma proposta de que a Prefeitura entrasse com uma verba e mão-de-obra. "O prefeito simplesmente nos informou que não poderia nos fornecer 15 milhões solicitados nem funcionários para a execução do serviço".

Diante da recusa da Prefeitura, a APM resolveu tomar uma

José Carlos Netzel

iniciativa própria e conseguir recursos para realizar seu objetivo.

No último dia 18 de outubro, a APM promoveu um bingo, com o único propósito, a realização da pintura do prédio. "Apesar do grande temporal havido naquele dia, cerca de 2.500 pessoas estiveram presentes e mesmo com as más condições da Vila Olímpica que ficou com sua cancha completamente alagada, pudemos arrecadar Cr$ 17.121.500,00".

Satisfeita com a participação da comunidade, a APM está programando para o próximo dia 5 de dezembro, um baile no Clube Polonês. A expectativa é de que compareçerão mais de 200 casais, pais de alunos e ex-alunos. O baile contará com a participação do grupo Panorama.

Gostaríamos de lembrar aos campolarguenses, lembra Netzel, que essa conquista da APM, no caso a pintura do Colégio, pode parecer pequena para muita gente, mas essa conquista nos dá força para continuarmos na luta pela melhoria do ensino em Campo Largo. Sem essa equipe coesa que hoje temos na Associação, jamais poderíamos realizar esse trabalho e nossa comunidade deve tomar consciência para a importância dos investimentos na educação não só de nossos filhos, mas para os filhos de nossos filhos.

ENSINO E POLÍTICA

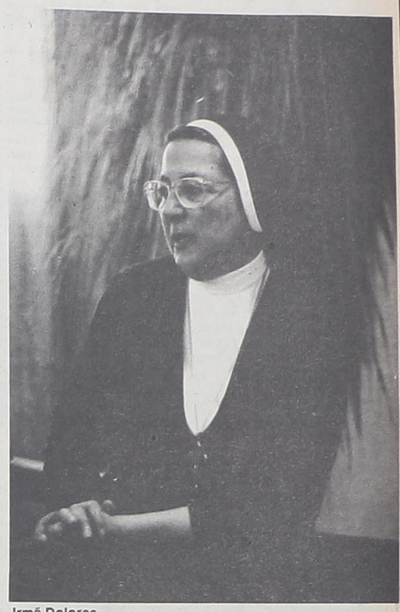
Fazendo uma relação entre o ensino e a política no Brasil, irmã Dolores, que está há 33 anos em Campo Largo, lembra que "o homem é um ser político. Vive em sociedade, dela depende e colabora para o seu crescimento. Mas, para que o homem se desenvolva politicamente, ele necessita da Educação.

"Nós brasileiros, subestimamos o ensino por isso a política se tornou verdadeira politicagem no "toma lá, dá cá". Infelizmente nosso município não foge do esquema brasileiro, pois apesar de uma certa caminhada, ainda não tem levado a Educação com bastante seriedade, ou seja, professores com remuneração digna, formação intelectual e humana permanentes, alunos em condições de aprender e escolas bem equipadas. A escola precisa recuperar seu espaço de formação, propiciando o conhecimento ao educando".

"Com a municipalização do ensino, recebemos pouco apoio da Prefeitura. Apesar de utilizar 11 salas de aulas para 22 turmas de 1ª a 4ª série, a Prefeitura hoje colabora apenas com o pessoal, professores e serventes, e nos fornece papel e álcool. É preciso investir mais na educação de nossas crianças".

À ESPERA DO FUTURO

Tanto irmã Dolores, quanto José Carlos Netzel esperam que a meta principal da futura administração Emidio Pianaro Junior, seja a Educação, com a valorização do professor, construção e manutenção de escolas e o verdadeiro ensino para nossos estudantes, criando assim, espaços para que estes aprendam realmente e possam ser pessoas de atitudes decididas. É obrigação e dever das autoridades proporcionar condições (salários dignos) para que a família possa cumprir com dignidade essa missão. Ambos acreditam que "o apoio às nossas escolas deve partir primeiramente de nosso prefeito, já que ele é a nossa autoridade máxima".



Irmã Dolores

Reforma da antiga biblioteca do CESF, que com uma pequena ampliação será a nova casa das irmãs

Colégio Sagrada Família fazendo parte da história de Campo Largo

A fundação do Colégio Estadual "SAGRADA FAMÍLIA", deu-se em 15 de janeiro de 1925, com o nome de INSTITUTO SANTA TEREZINHA. Com o aparecimento da população e o aumento da clientela escolar foi lançada a idéia da criação de um ginásio, a qual se concretizou em 1947, sendo o Ginásio Sagrada Família reconhecido pela Portaria nº 1077 de dezembro de 1951, do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1956 foi criada pelo Decreto nº 543 a Escola Normal, instalada em 2 de janeiro de 1957, que passou a chamar-se ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL "PADRE JOSÉ DE ANCHIETA".

Para possibilitar um espaço às práticas pedagógicas das estagiárias da Escola Normal, o Instituto Santa Terezinha passou a chamar-se ESCOLA DE APLICAÇÃO "PADRE JOSÉ DE ANCHIETA", em 1958, pelo Decreto nº 14.728.

Como a clientela atendida pela escola era de classe média-baixa e não tendo condições de pagar as mensalidades propostas, foi o Colégio estadualizado pela Lei nº 3.585 de 28 de fevereiro de 1958.

Com a implantação da Reforma, em 1973 pela Lei 5692/71 o ensino de 1º Grau - 1ª a 8ª séries, passou a ser ministrado neste Estabelecimento de Ensino.

O prédio é de propriedade das Irmãs da Associação Família de Maria e tem como mantenedoras, atualmente, o Governo do Estado do Paraná - 5ª a 8ª séries e 2º Grau (Magistério e Educação Geral), e a Prefeitura Municipal de Campo Largo que assumiu os encargos de manutenção da Pré-Escola a 4ª série, ficando autorizado o funcionamento da Escola Municipal Padre José de Anchieta - Ensino de 1º Grau, pela Resolução 3.307 de 27.09.91.

No decorrer da História, o Colégio cresceu, ampliando o quadro docente e técnico-administrativo, permanecendo porém o objetivo: "Oferecer um ensino de qualidade aos campolarguenses, possibilitando-lhes uma educação renovada, crítica e participativa.

TELE PIZZA 292-3113

ESTOFARIA KÜSSNER
Reformas de conjuntos estofados, cadeiras, almofadas em geral.
Variedade em tecidos e korino.
Fazemos orçamentos à domicílio ou pelo fone 392-1138.
Rua D - Jardim Alvorada

CASA SANTO ANTÔNIO
ARTIGOS PARA CAVALHEIROS, SENHORAS E CRIANÇAS.
SEMENTES EM GERAL
Praça Getúlio Vargas, 2429 - Fone 292-1724
Campo Largo - Paraná

FRUTAS E VERDURAS É COM A TRICOLOR
Frutas e verduras da melhor qualidade
Rua D. Pedro II (frente a Ótica Brasília)
Fone: 392-1765

ELETRÔNICA MIGUEL
de Miguel J. Dabrowski
Desde 1966
Consertos de Televisores em Cores e Preto e Branco
Rua XV de Novembro, 3139 - Fone 292-4499 - Campo Largo - PR

CASA SOVIERZOSKI
TECIDOS - FERRAGENS - TINTAS
FOGÕES E UTILIDADES DOMÉSTICAS
Praça Atílio de Almeida Barbosa, 1957 - Fone 292-1323
Campo Largo - Paraná

CAMPO LARGO AGORA TEM
TILIBRA
PRODUTOS DE PAPELARIA
Qualidade em impressos oficiais, livros fiscais e artigos escolares
POSTO DE VENDAS
ORPLACON
Rua Santos Dumont, nº 880 - Tel. 292-3293
Campo Largo - Paraná

MANDA CHUVA
ATACADO E BALCÃO
Rodovia do Café, km 23, nº 2640 - Anexo Comércio de Cereais Reinaldim Ltda. - (Ao lado da Autocecília)
Fone: 292-1957 - Campo Largo-PR
Consulte nossos preços

CONSTRUSANTOS
Comércio de Materiais p/ Construção Ltda.
Venha nos visitar e confira nossos preços.
Rua Luiz Rivabem nº 201 - Fone 292-1164
Próximo ao Autódromo P. Rivabem.

ACERVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR